

Bill Gates descobre os pequenos passos

A “Bill & Melinda Gates Foundation” tem muito dinheiro. A saúde da humanidade, principalmente nos países em desenvolvimento, tem muitos problemas. Não se poderia injectar um enorme montante de verbas para resolver, com um invento revolucionário, alguns dos mais graves e urgentes dos problemas?

Bill Gates pensou-o em 2005. Convocou um concurso de ideias que produzissem avanços decisivos na luta contra a malária, outras epidemias, ou a desnutrição. Surgiram 1.600 projectos, tendo a fundação escolhido 43, aos quais concedeu 450 milhões de dólares em ajudas durante cinco anos.

O prazo foi cumprido, e os cientistas beneficiários foram convocados para rever os resultados e decidir que projectos continuarão a receber fundos. O balanço é sóbrio: “Quando começámos, fomos ingénuos”, disse Gates em declarações ao “The New York Times”. A revolução desejada está longe. As investigações realizadas com o dinheiro da Fundação não foram um fracasso. Mas Gates descobriu que aquilo que se pode conseguir em cinco anos, ainda que com muito dinheiro, não é uma solução radical, antes um avanço, mais ou menos importante, num caminho muito mais longo. Se se tratar de um novo fármaco, são exigidos vários quinquénios para que uma descoberta seja experimentada em ensaios clínicos e depois seja produzida a baixo custo para os países em desenvolvimento.

O caso talvez mais instrutivo é o da investigação em vacinas termoestáveis, que podem ser conservadas sem necessidade de frigoríficos, escassos nos ambulatórios dos países pobres. Seria um progresso espectacular que facilitaria a vacinação de milhões de pessoas. Esse era o sonho há cinco anos. “Naquela altura – diz agora Bill Gates – pensei: óptimo!

Em 2010 iremos ter uma série de vacinas termoestáveis. Mas nem sequer estamos próximos de o conseguir. Ficaria surpreendido se tivéssemos uma em 2015”.

Certamente que se progrediu, mas os projectos de vacinas termoestáveis não vão receber mais subsídios da “Bill & Melinda Gates Foundation”. Dado o longo tempo que é exigido e os elevados custos, torna-se mais eficiente doar frigoríficos para os países em desenvolvimento. Além disso, que se ganha com uma vacina termoestável – a anti-tetânica é a que se

encontra mais avançada – se as outras continuarão a ter de ser conservadas a frio?

Outras investigações, pelo contrário, continuarão a receber ajudas. Uma delas, a que progride mais depressa, procura uma maneira de evitar que os mosquitos transmitam o dengue. Outra é sobre uma banana à qual se acrescentou vitamina A. Também é prometedora, embora muito difícil, a que estuda como evitar que as células do sistema imunitário “se esgotem” e deixem de actuar quando se prolonga a luta contra uma infecção.

Mas Gates já não acredita nas soluções revolucionárias, antes nos pequenos passos. Já não dá, portanto, algumas ajudas multi-milionárias, mas muitas de cem mil dólares.

(In “The New York Times”)

Indústria de mães de aluguer, floresce na Índia

Deslocalizar a produção para países de mão-de-obra barata é uma prática comum. Que sirva também para que mães de aluguer de países pobres que engravidam por encargo de casais de países ricos, suscita mais reparos éticos. Mas o turismo reprodutivo é uma prática cada vez mais difundida, sem que desperte as condenações do turismo sexual.

A Índia converteu-se no principal fornecedor dos serviços de maternidade de substituição, pelos seus preços baixos, pela sua escassa regulamentação e pelos seus bons padrões de qualidade em clínicas privadas. Quem quer que pague pode tomar posse do bebé, casais heterossexuais ou do mesmo sexo, homens ou mulheres sozinhas.

O negócio das mães de aluguer funciona sem regulamentação legal e é um sector onde se fazem poucas perguntas. É possível que a mãe de aluguer, contratada por uma das 350 clínicas do sector, não saiba para quem será a criança. Não poucas vezes o recurso às mulheres indianas é um modo de ultrapassar as proibições do país de origem, como acontece no caso de homens homossexuais que não se querem privar de um filho. E é sempre um modo mais barato e com menos problemas jurídicos do que nos países ricos. As clínicas

indianas cobram pelo serviço 25.000 dólares, enquanto nos EUA – onde o procedimento é legal – custaria 100.000 dólares.

A típica mãe de aluguer indiana é uma mulher do campo, pobre, que recorre a este expediente como último recurso, para obter dinheiro de modo a criar os seus próprios filhos. Não poucas vezes são mulheres analfabetas, que ignoram o que implica o procedimento. Este perfil evoca de imediato a ideia de exploração, de uma mulher utilizada como útero de aluguer, pois ainda não existe útero artificial. Pelo contrário, os defensores deste “serviço” argumentam que todos saem a ganhar: os clientes obtêm o filho desejado, a mãe substituta ganha o seu dinheiro para melhorar a sua própria família e a clínica faz negócio. Se os críticos denunciam a exploração das mulheres pobres neste “tráfico reprodutivo”, os defensores apresentam-no como um exercício da “autonomia da mulher”, que não é pelo facto de ser pobre que é estúpida, e asseguram que a sub-rogação é um meio de dar maior poder económico às mulheres. Mesmo que, como acontece na substituição, entre aquilo que paga o cliente e aquilo que ganha a mulher haja sempre um terceiro – neste caso, a clínica –, que fica com a maior parte. A mulher que actua como mãe substituta ganha 100.000 rupias (3.120 dólares) por cada fornecimento.

Há quem diga que a maternidade sub-rogada tem maior aceitação na Índia, porque desde há algum tempo que jovens indianos trabalham para o Ocidente através de *call centers* ou em serviços de assistência *on line*, onde a sua própria personalidade desaparece.

Amana Fontanella-Khan num artigo em “Slate” (23 de Agosto de 2010), escreve que a “maternidade sub-rogada não soa como o velho problema da exploração dos pobres, mas como uma parte inevitável da nova Índia, onde os indianos proporcionam serviços extremamente necessários à economia global”. Mas também salienta que as mães de aluguer indianas não pertencem a esta “nova Índia”, mas à velha Índia, semi-feudal e atrasada. E mais, a moderna tecnologia reprodutiva é compatível com os velhos estereótipos de casta. Por isso, no caso de clientes indianos, estão dispostos a pagar o dobro para que o seu filho seja gerado por uma mãe de aluguer da casta brâmane, a mais elevada.

Após algumas histórias chocantes, difundidas pela imprensa, o governo preparou uma regulamentação desta indústria numa lei de “Assisted Reproductive Technology”, que se encontra no Parlamento para apreciação. O texto estabelece os direitos e deveres das partes contratantes, como em qualquer outro serviço.

Ambas as partes têm de assinar um contrato, que terá força legal. Ao referir-se à parte que contrata a mulher que vai engravidar, fala-se de “casais ou indivíduos”, pelo que poderão ser do mesmo ou de sexo diferente, casados ou não, casais ou pessoas individuais. O casal contratante será constituído, ou não, pelos pais genéticos da criança que vai nascer.

A mãe sub-rogada renuncia a qualquer direito sobre a criança, cujo certificado de nascimento terá os nomes dos pais genéticos. A mãe sub-rogada não poderá ser doadora do óvulo para o casal que a contrata. Deverá ter entre 21 e 45 anos, e contar com a licença do seu marido se for casada. Pode ser parente do casal contratante ou uma mulher paga pela gestação. Se parente, deverá ser da mesma geração da mulher que deseja a criança, para evitar problemas intergeracionais.

Todos os gastos são por conta de quem solicita a criança. A mulher que vai engravidar receberá o preço estipulado, 75% no momento da transferência do embrião.

Se se tratar de estrangeiros, devem provar que podem levar legalmente o filho para o seu país e têm de nomear um representante legal na Índia que seja responsável pela sub-rogação durante a gravidez.

Para evitar que a criança fique num limbo jurídico se houver alterações na relação do casal antes do nascimento, estabelece-se que, em caso de separação ou divórcio, a criança será filho legítimo de ambos. Muito menos poderão os pais negar-se a aceitar o filho, no caso de nascer com alguma anomalia.

Fora disto, chama a atenção o pouco em que se tem em conta a criança. Por exemplo, nada se diz sobre a idade da mulher que solicita essa criança, podendo ser uma mãe que poderia ser sua avó. Como o que interessa são os desejos do cliente, o filho assim nascido pode ser criado numa família monoparental, ou num casal do mesmo sexo, ou nunca vir a saber as suas origens genéticas, sem que se tenha tido em conta qual seria a situação mais favorável para o seu desenvolvimento.

Numa época onde se fala tanto dos “direitos reprodutivos”, não deixa de se poder considerar insólito que casais de países ricos os exerçam através de mulheres pobres, transformadas em úteros de aluguer.

Impedida construção de escolas em Gaza

As crianças da Faixa de Gaza começaram o último ano lectivo com muitos cadernos e canetas, mas com grande défice de salas de aulas. Apesar das promessas de Israel de suavizar o bloqueio da Faixa de Gaza, mantêm-se severas restrições a importar materiais de construção, continuando a haver grande falta de escolas.

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA) precisaria de construir 100 novas escolas para escolarizar as crianças de Gaza. Mas, desde 2007 não é autorizada a entrada de materiais para construir novas

escolas. Consequentemente, a UNRWA teve de rejeitar neste ano lectivo os pedidos de 40.000 alunos que queriam entrar nas suas escolas. As escolas da Agência têm resultados académicos 20% superiores aos das escolas governamentais.

Devido à falta de espaço nas escolas de Gaza, a maioria das escolas funciona em dois turnos, em classes com mais de cinquenta alunos.

A construção de uma escola padrão exige a entrada de 220 camiões com materiais de construção civil, pelo que, para edificar 100 novas escolas, seriam precisos 22.000 camiões. Na única passagem que Israel tem mantido operacional para camiões, Kerem Shalom, podem passar 250 camiões por dia, a maioria para a entrada de alimentos e materiais humanitários básicos.

Após a ampla condenação internacional do ataque à frota de ajuda humanitária que tentava romper o bloqueio de Gaza, o governo israelita anunciou há alguns meses uma flexibilização do mesmo. Em vez de uma lista de mercadorias autorizadas, só haveria uma lista de produtos proibidos e todos os restantes poderiam entrar. Também se ampliaria a capacidade da passagem de Kerem Shalom.

O embargo de bens de consumo foi levantado, mas continuam a aplicar-se restrições ao material que pode servir para a indústria e as manufacturas, pelo que se impede o desenvolvimento do território. Permite-se a entrada de 240 camiões de materiais de construção por mês, para todos os usos, em comparação com os mais de 5.000 camiões que entravam, mensalmente, antes do bloqueio.

Apesar das promessas, diz a UNRWA, Israel ainda não aprovou a entrada de nenhum camião com material de construção para escolas da Agência, embora tenha dito estar na disposição de “negociar” a entrada de materiais para a construção de 8 das 100 escolas.

Em África, a religião está nas ruas

Notícias como a da comissária de bordo britânica que perdeu o seu emprego por transportar uma cruz ao pescoço enquanto trabalhava, desconcerta a maioria dos africanos. Se isto é considerado ofensivo, interrogam-se, porque se permite que famosos artistas de *rock*, cuja vida pessoal deixa muito a desejar, possam actuar em cidades do Ocidente exibindo chamativos crucifixos de ouro?

Aos africanos custa a entender isto. Não é verdade que o cristianismo veio da Europa? Não será a sua mensagem algo de que se deve sentir orgulho?

Como para o demonstrar, muitos homens africanos transportam um rosário ao pescoço, excepto quando têm de orar; muitos condutores têm pendurado no espelho retrovisor um rosário ou as contas próprias para as orações dos muçulmanos, como para recordar Quem está à frente. E não são considerados beatos, mas pessoas comuns.

O caso de um pregador levado a tribunal na Escócia por falar publicamente contra o comportamento homossexual, também é motivo de surpresa em países africanos onde se fala com vigor e abertamente do que se considera imoral.

Uma enfermeira denunciada por dar ânimo espiritual e falar de Deus a um paciente é algo que não faz sentido para um povo onde o principal tema de conversa numa visita ao hospital é precisamente Deus – aceitando a doença que Ele permite, deixando a recuperação nas suas mãos...–.

Em África, falar de Deus não só é permitido, como promovido. Não é um tema sobre o qual se deva sussurrar em segredo ou baixando a cabeça com vergonha.

Nenhum país africano, com excepção da Etiópia – que tem também uma considerável população mulçumana - teve alguma vez uma igreja oficial, diversamente de não poucos países europeus. A história africana da evangelização é diferente da do Ocidente, pois grande parte do cristianismo africano começou no fim do século XIX. A África não experimentou o ceticismo e a dúvida promovidos pelo Iluminismo. Foi poupada às lutas entre a Igreja e o Estado e, bastante, à mancha do anticlericalismo.

Os críticos dirão que os missionários vieram com o comerciante e o soldado; e que o cristianismo é a religião do homem branco europeu. No entanto, paradoxalmente, o cristianismo tem raízes semíticas, que em muitos casos coincidem com valores africanos: a importância dos laços familiares, o respeito pelos idosos e pelas suas decisões têm um papel significativo na África tradicional.

Os missionários cristãos chegaram depois dos exploradores e dos colonizadores, não no mesmo barco; e os seus motivos não eram políticos mas humanitários, para evangelizar e erguer escolas e ambulatórios médicos.

Na África subsariana, a liberdade religiosa não é negociável. De facto, às vezes as pessoas interrogam-se sobre se não há demasiada, tendo em conta que os vizinhos têm de aguentar, por exemplo, uma cruzada evangélica num determinado bairro,

com música em alto o volume e pessoas a cantar Aleluia sem parar durante 60 horas.

O Quênia, por exemplo, com uma população de 40 milhões de pessoas, tem registadas 4.000 confissões religiosas, mais outras não oficiais. O Uganda conta com uma população de 30 milhões, dos quais 40% são católicos; enquanto isso, nas cidades, uma recente eclosão pentecostal e evangélica mostra, com os títulos das suas igrejas disseminadas pela cidade, o seu ramo particular do Evangelho cristão e a sua particular ênfase: Lolwe Igreja Pregoeira; Centro Milagroso; Igreja do Apóstolo Vencedor; Missão Internacional da Reconciliação...

E o que se passa com os jovens? São crentes? São praticantes? São eles que enchem as igrejas pentecostais e evangélicas. Os pregadores de moda, o seu dinâmico estilo de *show-man*, o barulho e o ritmo da música, a oportunidade de um possível “milagre” e os testemunhos pessoais, atraem irresistivelmente.

Outro exemplo é o *rap*: a juventude africana está cansada dos excessos pornográficos e blasfemos do *rap* afro-americano e voltou-se para o *rap gospel*, novo género, escasso em doutrina ortodoxa, mas bom impulso moral para iniciar a semana de trabalho.

Os ataques aos cristãos no Iraque e no Egipto, que parecem fazer parte da mesma campanha para expulsar os cristãos do Médio Oriente, não acontecem na África subsariana. O Sudão e o Norte da Nigéria encontram-se na linha de fractura geopolítica, religiosa e étnica entre árabes e africanos. Mas as perseguições religiosas no Sudão são fundamentalmente étnicas, a exemplo do conflito do Darfur, onde muçulmanos árabes matam muçulmanos africanos por disputas de terras para o gado.

Guerras religiosas como as de católicos contra protestantes não se viram na África negra. Houve incompreensões, “sangue ruim”, intransigências e poderes para fazer conversos, mas não a guerra dos Trinta Anos, nem a batalha do Boyne, nem a guerra da Vendaia... A família e os laços de sangue estão acima das diferenças religiosas. Isto não quer dizer que as pessoas mudem de religião como de casaco, mas existe respeito mútuo.

O facto de Wayne Rooney rezar ou de um futebolista brasileiro fazer o sinal da cruz, antes de entrar em campo, perante milhões de telespectadores não choca em África. Em todo o caso, granjeia-lhes mais carinho dos seus fãs.

M. D.